

Modernização e racialização no sul do Brasil: a construção de uma identidade racializada no Paraná dos anos 1950

Avance de investigación em curso

Benno Victor Warken Alves

Mestrando em Sociologia na Universidade de Sao Paulo

Resumo

Uma das principais ideias que articula as identidades regionais no Brasil contemporâneo é a contraposição do sul branco ao resto do país mestiço. Fundamentada em noções raciais, essa oposição tem sua própria história de construção. Investigamos uma parte dessa história: o caso da formação da identidade regional do Paraná. Traçamos, no pensamento social sobre o Paraná produzido por autores locais, as linhas gerais de um longo processo de elaboração das concepções raciais. Em seguida, abordamos com maior profundidade a obra em que essa elaboração atinge o ápice de coesão e radicalismo: *Um Brasil diferente* (1955), de Wilson Martins. Buscamos cercar os argumentos dessa obra com dados provenientes de outras fontes que proporcionem um distanciamento crítico e permitam perceber algumas das operações intelectuais em que se baseia a sua reconstrução das “raças”. Procuramos também sublinhar alguns fatores de transformação da sociedade local que conferem um sentido político à reconstrução. Finalmente, discutimos algumas implicações das diferenças raciais assim construídas no contexto regional e brasileiro de “relações raciais”.

Introdução

Em 1955, o crítico literário Wilson Martins, nascido em São Paulo mas radicado em Curitiba, publicou a obra *Um Brasil diferente*. Apresentada como uma contribuição à sociologia do Brasil meridional, a obra inspirava-se no culturalismo de Gilberto Freyre para contrapor ao Brasil mestiço retratado pelo pernambucano a formação, nos estados do sul (incluindo São Paulo), de um Brasil culturalmente europeu e branco. Aprofundando-se na história do Paraná e, principalmente, de sua capital, Curitiba, Martins tomou o conceito de “aculturação” do trabalho de Emílio Willems e descreveu, utilizando-o, a formação de uma nova cultura, originalmente paranaense, a partir da fusão das várias culturas europeias introduzidas no estado pela imigração. Wilson Martins oferecia, dessa forma, uma resposta ao enigma enunciado alguns anos antes por outro importante intelectual local, Romário Martins: a construção, em curso no Paraná, da “Babel de todas as raças, irmanadas na mesma obra civilizadora” (MARTINS, 1939, p. 408).¹

Conforme já foi apontado por outros autores, *Um Brasil diferente* resolvia a seu modo uma questão que foi muito importante para os intelectuais locais a partir da criação da jovem província do Paraná: qual seria a sua identidade própria (BEGA, 2001; MARCHIORI, 2009; OLIVEIRA, 2007). Seguindo uma linhagem de pensamento que já prefigurava a racialização da identidade local, Martins reabilitou de uma forma particular a recorrente tese da “diferença” (OLIVEIRA, 2007): substituiu a preocupação com as particularidades climáticas e as paisagens, cara aos seus precursores, pela cultura como fundamento da diferença do estado (e, de certa forma, do sul) em relação ao Brasil que não recebeu a imigração maciça de europeus.

Resolver a questão sobre a identidade descrevendo a formação de uma cultura original a partir das contribuições de várias “etnias” europeias traz oculto um elemento que foi notado pelos

¹ Expressão utilizada na *História do Paraná* publicada em 1937 por Romário Martins que, pelo que sabemos (CARNEIRO, 2001 [anexo 3]), é obra distinta da homônima do mesmo autor publicada originalmente em 1899.

críticos: se o estudo de Martins elenca as inúmeras contribuições culturais dessas “etnias”, o mais importante, e que fundamenta, na lógica da obra, a originalidade da nova cultura em formação, é o exclusivismo branco dos seus elementos constituintes.

Vários críticos de *Um Brasil diferente* destacaram o sentido racial por trás das suas formulações identitárias. Uma das principais consequências destacadas a esse respeito foi a “invisibilização” do negro na história local que tem, de certa forma, raízes na versão da história apresentada por Martins na obra de 1955. Essa “invisibilização”, com a correspondente sobrevalorização da importância dos imigrantes europeus, passou a ser muito recorrente nas reelaborações posteriores sobre a identidade do estado e de sua capital, mas também muito criticada (MORAES; SOUZA, 1999; SANCHES, 1997 *apud* SANTOS, 2007; SOUZA, 2001; SOUZA, 2003).

É verdade que do ponto de vista político é importante denunciar a “invisibilização” e recontar a história local revalorizando os elementos que, tal como a presença negra, foram relegados por Martins na sua versão da história. A pesquisa que Octavio Ianni realizou em Curitiba também nos anos 1950 é frequentemente evocada pelos críticos com essa finalidade (MARCHIORI, 2009; MEUCCI, 2007; OLIVEIRA, 2005), pois evidencia, ao contrário do afirmado por Martins, que uma parte significativa da população curitibana era negra, até mesmo depois dos surtos de imigração, e que na vigência do escravismo a sua sociedade não deixou de apoiar-se em grande medida no trabalho escravo (IANNI, 1988). Entretanto, parece-nos que argumentar nesse sentido é jogar um jogo identitário cujos termos, ou seja, as próprias categorias raciais, estão estabelecidos na obra de Martins.

Tomando uma direção distinta, parece-nos necessário revelar e compreender as reelaborações das ideias raciais ao longo da história sob renovadas formas (GUIMARÃES, 2002, p. 53). Com isso, talvez possamos descobrir o papel que essa obra tão criticada por seu racismo teve não apenas na “reprodução”, mas também na produção e transformação da realidade discursiva das “raças”.

Transformações sociais e o problema da identidade local nos anos 1950

A obra de Martins foi publicada em um contexto de mudanças sociais profundas, ligadas intimamente ao ressurgimento do problema de definir a identidade do Paraná. Buscaremos dar uma ideia dessa ligação esboçando rapidamente uma perspectiva histórica do problema identitário e as dinâmicas econômica e demográfica locais que cercam o seu ressurgimento nos anos 1950.

O Paraná foi o último dos atuais estados do sul a constituir-se. Após séculos de ciclos econômicos marginais, como o da mineração e o do tropeirismo, a “quinta comarca” da província de São Paulo, a partir do início do ciclo da erva-mate, começou a produzir “riqueza efetiva” (CARNEIRO, 1963, p. 96).² Aliados a fatores políticos, a produção em feições capitalistas da erva-mate e o seu comércio com o mercado externo (os países platinos) proporcionou aspirações de autonomia por parte das elites locais. Finalmente, em 1853, o Paraná emancipou-se de São Paulo e tornou-se província do Império.³

A jovem província defrontou-se, desde cedo, com o problema da identidade. Ideias sobre as suas particularidades, relacionadas à “qualidade da terra, do clima e os seus produtos típicos, como a erva-mate e o pinheiro”, circulavam nas discussões que antecederam a emancipação (CARNEIRO, 2001, p. 43). Essas ideias configuraram assim uma espécie de protótipo da identidade local. De forma igualmente precoce, a imigração de colonos – que se tornaria, mais

² Antes, ao Paraná “faltavam-lhe intrinsecamente fontes de vida, meios de riqueza capazes de despertar a cupidez governamental, e que forçassem a criação de uma administração separada.” (Carneiro, 1963, p. 96).

³ As frentes das revoluções Farroupilha (1835-1845) no Sul e Liberal (1842) em Minas Gerais e São Paulo ameaçavam unir-se, para isso dependendo do acesso à quinta comarca do estado de São Paulo, a de Curitiba. O governo regencial teria prometido a emancipação política caso os precursores dos paranaenses não aderissem aos movimentos rebeldes da década de 1840 (Wachowicz, 1967, p. 83).

tarde, o principal pilar das teses sobre a “diferença” do Paraná – foi fomentada e organizada pelo governo desde praticamente o primeiro ano do período provincial; embora não de forma contínua, mas com reticências, interrupções e retomadas (BALHANA, 1996, p. 45).

A imigração apenas tornou-se tema importante para os intelectuais no final do século XIX, no interior do movimento literário simbolista.⁴ Os simbolistas deram vazão poética à necessidade primordial de “autoafirmação” da província independente produzindo “imagens e metáforas sobre a identidade social e cultural do estado” (OLIVEIRA, 2007) ligadas às particularidades climáticas e por vezes ao imigrante europeu branco. Nesse que foi o segundo momento do processo de criação da identidade local, a “produção de imagens da diferença” (*idem*) contrastava as paisagens naturais e humanas do Paraná com aquelas em que o Brasil era representado. A associação da figura dos imigrantes europeus com as paisagens e climas peculiares da região mostram a consolidação e os principais delineamentos de uma forma de pensar a identidade em contraste com o Brasil – envolvendo não mais apenas as características naturais da região, mas construindo a singularidade tanto em termos naturais quanto humanos.

O contexto de desenvolvimento urbano e cultural em que os intelectuais começaram a elaborar a identidade do Paraná no final do século XIX teve como “base material” a prosperidade da economia ervateira (BEGA, 2001, *apud* CARNEIRO, 2001, p. 46; PEREIRA, 1996). Alfredo Romário Martins (sem parentesco próximo com Wilson Martins) foi um dos “letrados” da Curitiba civilizada pelo mate. Ocupou vários cargos em instituições culturais centrais do Paraná (CARNEIRO, 2001, p. 52-53) e teve um papel importante na transição do simbolismo da virada do século para a onda seguinte de intensa produção sobre a identidade local: o paranismo, movimento surgido por volta de 1920 de uma nova confluência de artistas e intelectuais em torno da questão identitária.⁵

Romário Martins, que já havia estabelecido um marco para a historiografia regional com a publicação da sua *História do Paraná* em 1899, foi também o autor do manifesto inaugural do paranismo. De 1927, o manifesto abria os critérios do autêntico pertencimento ao valorizar a afeição e a dedicação ao estado como provas de “paranismo” em detrimento da origem: “Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil à coletividade paranaense.” (CAMARGO, 2007, p. 157).

Essa abertura pode ser vista como um sinal da boa vontade em relação à inclusão dos imigrantes e seus descendentes como autênticos membros da sociedade paranaense, opinião em que seguimos Geraldo L. V. de Camargo (*idem*, p. 158). Afinal, os adventícios representavam – na visão de Romário Martins – a renovada “atual sociedade” dos anos 1920, em contraposição à sociedade “tradicional”, tal como se configurava até por volta da emancipação política da província. A sociedade “tradicional” era aquela constituída pela população oriunda exclusivamente das “três raças elaboradoras da nossa história” (MARTINS, 1939, p. 405) – o clássico “triângulo” brasileiro.⁶

Mas o espírito inclusivo do manifesto pode também ser relacionado com a crise da erva-mate e da sociedade sobre ela construída. Incluir no plano simbólico os adventícios, não necessariamente ligados pela origem ao Paraná, era teorizar a expansão da comunidade política para além da economia ervateira e para além das fronteiras por ela demarcadas. Os

⁴ Para uma análise do movimento simbolista no Paraná ver o trabalho *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional* (BEGA, 2001).

⁵ “Este movimento [de literatos e artistas] se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipos. Tais elementos iconográficos regionais, marcados por uma linguagem *art-déco* de forte teor panfletário, foram elaborados de modo a se constituírem em estímulo à criação de um ‘espírito paranaense.’” (CAMARGO, 2007, p. 15)

⁶ Na verdade, Martins estabelece como marco da transição entre as duas sociedades o ano de 1825, quando instalou-se a primeira colônia (em Rio Negro) de imigrantes (alemães) no estado. Mas visto não ter havido instalação sistemática ou sequer minimamente constante de imigrantes até 1854, logo após a emancipação política, talvez seja melhor utilizar a emancipação como marco.

anos que logo seguiram a publicação do manifesto de Romário Martins abrigaram dois eventos significativos, indicadores do processo socioeconômico em curso: a crise definitiva da erva-mate no começo dos anos 1930, depois da qual o produto nunca mais recuperou sua importância econômica; e o começo da ocupação sistemática do norte do estado – junto com a ascensão da economia cafeeira –, como cujo marco podemos tomar o estabelecimento da Companhia de Terras Norte do Paraná em 1932 (ARIAS NETO, 2008).

As duas novas principais indústrias do estado eram o café e a madeira, e o seu desenvolvimento correspondia à ocupação, ainda em processo, do território do estado em duas frentes principais: ao norte (café) e ao oeste (madeira e pecuária) (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986). O café teve seu auge em termos de produção em 1953 (OLIVEIRA, 2001, p. 34) – conhecendo, após uma forte crise nos anos seguintes, mais um ciclo de prosperidade; e a indústria madeireira, que desde 1930 liderava as vendas do estado, teve seu auge em 1964 (LIMA, 2007, p. 55).

A população do estado cresceu muito rapidamente nos anos 1940, 1950 e 1960, logo após o período de expansão das suas fronteiras ocupadas, na esteira das economias do café e da madeira. Nos anos 1950, a população cresceu mais do que em qualquer outro período da história e o Paraná foi o estado brasileiro que mais cresceu. Curitiba, como centro cultural, administrativo e empresarial, acompanhou essa tendência durante o período de rápida expansão demográfica: iniciou um brusco crescimento nos anos 1950, que no decênio seguinte diminuiu na mesma proporção que o movimento populacional do estado.⁷

População e crescimento populacional do Paraná e de Curitiba (1940-1970)

	1940		1950		1960		
	Pop.	Cresc.	Pop.	Cresc.	Pop.	Cresc.	Pop.
Paraná	1.236.276	71,1%	2.115.547	101,7%	4.268.239	62,3%	6.928.868
Curitiba	140.656	28,4%	180.576	100,1%	361.300	68,5%	609.026

Dentre as transformações sociais que podem ser vinculadas aos processos econômicos e demográficos apresentados, destaco uma como fundamental para a questão da identidade: o crescimento populacional acelerado renovou o perfil da população quanto às origens e à cultura. A ocupação do interior no período em questão foi produto, principalmente, de migrações internas, sobretudo dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (LYNN SMITH, 1967, p. 227).

Somavam-se, por volta dos anos 1950, três problemas desafiadores para a identidade do Paraná. Dois deles latentes, problemas com que os intelectuais locais sempre se defrontaram: a necessidade da jovem comunidade política de “autoafirmação em termos de território, de um povo, de uma cultura [...]” (MARCHIORI, 2009, p. 80) e a questão da relação entre imigração e identidade. Um terceiro problema novo: o pertencimento das novas populações provenientes de outros estados.

Diante de uma definição identitária inclusiva, tal como aquela contida no manifesto paranista de 1927, este novo problema poderia não ser, de fato, um problema: o pertencimento do migrante estaria relacionado à filiação afetiva ao Paraná e à construção da sua vida no estado, e não às suas origens. Mas a essa adoção interpunham-se as fortes influências da cultura paulista, ao norte, e da gaúcha, a oeste. Dificilmente a filiação espontânea poderia ser pensada, na metade do século XX, como fundamento sólido para a identidade a nível estadual.

⁷ A dinâmica demográfica alterou-se completamente na década de 1970, refletindo a expansão da ocupação do país em direção à nova fronteira agrícola. O Paraná deixou de ser um grande receptor de migrantes e passou a abastecer o movimento (sentido por todos os outros estado do Sul) em direção às atuais regiões Centro-Oeste e Norte.

Se essa era uma faceta, por assim dizer, cultural do problema identitário, havia também uma faceta racial. Historicamente, os imigrantes europeus brancos eram tomados pelos intelectuais como “novos fatores étnicos” – segundo a expressão de Romário Martins na *História do Paraná* de 1937 – e, portanto, como elementos de renovação – e mesmo “branqueamento” – sobre a população tradicional. As migrações internas de meados do século XX significavam um revés do “branqueamento”, em vista das origens e das “cores” dos migrantes. O crescimento vertiginoso do estado, portanto, ameaçava a autoimagem branca, ou pelo menos em branqueamento, do Paraná.

Esses fatores ajudam a compreender o fechamento da identidade representado na obra de 1955 de Wilson Martins. A adesão espontânea das novas populações não era fundamento sólido da unidade do estado e o branqueamento desapareceu do horizonte. Martins elaborou então uma nova fórmula identitária que evocava uma ancestralidade singular: racialmente pura, pois composta exclusivamente por imigrantes europeus brancos, e extensível para além dos seus descendentes – supostamente a todos os paranaenses – por ser transmitida pela cultura e não pela descendência biológica. A nova fórmula fazia coincidir os limites do pertencimento com os limites de uma ideia particular de branquidade.

Racialização e reformulação da branquidade

A obra *Um Brasil diferente* pode ser considerada uma culminação dos movimentos de elaboração identitária por parte dos intelectuais no Paraná (OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA; SZWAKO, 2009). Embora tenham sido publicados em anos próximos a 1955 pelo menos outros dois ensaios sobre a identidade do estado que trabalhavam também o argumento da “diferença”,⁸ Martins foi o autor mais radical e consequente na sua formulação.

Ao vincular a identidade local a uma ideia de branquidade, Martins imaginou a identidade de forma racializada. Mas a racialização não é uma novidade da sua fórmula identitária. Os intelectuais que, antes dele, mobilizaram o tema da imigração de europeus brancos para pensar a particularidade do estado contribuíram para traçar um processo de racialização da identidade. É nesse sentido que compreendemos a interpretação de Márcio de Oliveira: *Um Brasil diferente* foi uma culminação porque, retrabalhando a herança identitária que elencava a particularidade racial como um âmbito de particularidade entre outros (ao lado da paisagem e do clima, por exemplo) – era o caso dos simbolistas e dos paranistas –, acabou por forjar uma identidade radicalmente racializada; sua inovação foi constituir a branquidade como fundamento último do pertencimento.

O mais interessante, entretanto, é observar que a radicalização do racismo ocorreu apenas em associação com a sua completa transformação. À diferença, por exemplo, de Romário Martins, que em 1937 usava um vocabulário abertamente racial para descrever as diferenças de origem dos povoadores do Paraná, Wilson Martins preocupou-se em decantar seu vocabulário e suas ideias do racismo evidente. Para entender como o racismo realizou-se com mais força na identidade local apenas quando transfigurou-se, vejamos as formas nas quais as ideias raciais aparecem na obra de Martins.

A tese principal de *Um Brasil diferente* é que o Paraná seria uma região singular do Brasil, e mesmo do sul, principalmente devido à sua população oriunda da imigração europeia mais ou menos recente (os maiores surtos tendo ocorrido havia menos de três quartos de século em 1955) e de origem variada (poloneses, alemães, ucranianos, italianos, russos, franceses, etc.).

⁸ Os ensaios são *Paraná vivo*, de Temístocles Linhares, publicado em 1953, no ano do centenário da emancipação política do estado; e *Presença do Brasil*, do ex-governador (1951-1955) Bento Munhoz da Rocha Netto, publicado em 1960. Ambos saíram na coleção “Documentos brasileiros”, da editora José Olympio, mas parecem ter sido menos influentes do que *Um Brasil diferente* na conformação da identidade do Paraná, a contar pela atenção muito menor que lhes é dedicada pelos críticos. Uma análise das trajetórias e obras desses três autores foi realizada em *Paraná: um Brasil diferente? Construções intelectuais de uma identidade regional paranaense*, de Flávia Marchiori (2009).

Com essa tese, Wilson Martins desejava contrastar à maior obra de Freyre a formação, no sul marcado pela imigração, de um complexo cultural distinto daquele do Brasil mestiço. Uma cultura nova formada exclusivamente a partir das contribuições das “etnias” europeias.

A armação inicial da tese contém uma releitura da história do estado que já foi muito criticada. Martins relegou o papel do escravismo para sustentar o argumento de que esse traço fundamental da sociedade tradicional brasileira nunca constituiu no Paraná o tronco da sociedade – e portanto da sua cultura –, mas no máximo algum aspecto residual.

Da irrelevância da escravidão decorre a associação sutilmente construída entre fundação da província como unidade política independente e imigração. É como se o Paraná enquanto sociedade, povo e cultura apenas começasse a existir com o evento político da emancipação e, portanto, simultaneamente à chegada dos imigrantes. Por isso, sendo a ocupação por estrangeiros o verdadeiro ponto de origem do Paraná: “sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira” (MARTINS, 1989, p. 446). “Dir-se-ia”, não representasse a singularidade da região, para Martins, um dos aspectos que compõem a nacionalidade, embora irredutíveis a ela.

Apesar do propósito de contrastar o Brasil mestiço de Freyre, Martins apoia-se no princípio sociológico culturalista do pernambucano. O culturalismo expressa-se no esforço, para o qual concorre boa parte da pesquisa contida no livro, de determinar, a partir das transformações culturais introduzidas pelos imigrantes e seus descendentes no Paraná, a formação de uma nova cultura autêntica. O sentido dessas transformações é a formação do “homem paranaense”, definido antes culturalmente do que biologicamente. Assim como o brasileiro seria representado pelo “triângulo das três raças”, “aqui [no Paraná] a figura geométrica seria, na mais simplificadora das hipóteses, um polígono irregular de sete lados, cujas faces, em extensão decrescente e de tamanho variável, representariam os elementos polonês, ucraniano, alemão, italiano, os ‘pequenos grupos’, o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante.” (*idem*, p. 108).

O culturalismo fornece um cariz científico, sociológico, às preocupações identitárias que movem a obra de Martins. Já o conceito central, em acordo com o princípio culturalista, é a “aculturação”, tomado da obra de Emílio Willems sobre os imigrantes alemães no Brasil (WILLEMS, 1946). A aculturação é o conjunto de mudanças, em virtude das influências mútuas, que sofrem culturas colocadas em contato, através dos indivíduos que as instanciam (*idem*, p. 37). Por meio desse processo é que realizar-se-ia a síntese de uma nova unidade cultural no Paraná: o “homem paranaense”.

Os grupos componentes dessa síntese são definidos por Martins em termos das nacionalidades que constam nos registros de imigração. Embora seja um problema definir diferentes culturas a partir das categorias tão amplas e provavelmente imprecisas contidas nesses dados, é justificado na lógica interna da obra que as diferentes “etnias” europeias protagonizem, uma vez colocadas em contato, um processo de aculturação. Afinal, seus membros individuais são concebidos como igualmente brancos. Não havendo diferenças “raciais” consideráveis, no contato colocam-se apenas problemas referentes à cultura.

Embora livre, internamente, de significado “racial”, e portanto, nos termos de Willems, não surgindo o problema da “amalgamação” (ou seja, da mistura biológica), a aculturação homogeneizante das “etnias” não apaga completamente as diferenças internas. Como notou Peter Wade em relação à mestiçagem, “cada alusão à mistura necessariamente faz referência aos componentes originais da mistura” (WADE, 2005, p. 245). No caso de *Um Brasil diferente*, mesmo não se tratando de mestiçagem propriamente dita, a fusão das “etnias” brancas imigradas conserva, da mesma forma, referências aos grupos originais, os componentes da mistura. E mais: as referências aos componentes originais não deixam de carregar hierarquias que, por sua vez, organizam, na concepção do todo misturado, a precedência das características.

Assim, os grupos principais elencados por Martins no “polígono” não têm importância equilibrada na cultura em formação. O polonês é o mais representativo numericamente dentre os grupos imigrados para o estado, com quase a metade do total de indivíduos. Foram três vezes mais poloneses do que alemães, por exemplo, e Martins atenta para esse fato

(MARTINS, 1989, p. 69). Mas a sua influência sobre o resultado final, a mistura, é diminuída na obra em favor de outros grupos, como o italiano, muito menos numeroso, e, principalmente, o alemão.

A principal referência a nortear as hierarquias no interior do grupo branco é o conceito obscuro de “idade cultural”. Martins justifica a menor importância cultural do grupo mais numeroso, os poloneses, pelo fato de terem se concentrado preferencialmente nas colônias agrícolas, pouco integrando-se à vida das cidades. Dessa forma, a sua “pouco avançada idade cultural”, evidenciada, na opinião de Martins, por comportamentos tais como alcoolismo, falta de higiene e a licenciosidade das “polacas”, praticamente não teria chegado a influenciar decisivamente a cultura do novo paranaense (*idem*, p. 140-145). O polonês participa no argumento em favor do peso da imigração, com a sua importância numérica, mas é descartado quando a questão é a influência específica sobre o novo complexo cultural.

Martins lança mão de uma perspectiva moralista sobre o avanço ou atraso cultural, pensando os comportamentos em função de uma escala de excelência. A situação ambígua do polonês na obra revela bem os limites do seu conceito de cultura: o polonês é útil como imigrante e portador de branquidade, mas torna-se um estorvo quando trata-se de avaliar a sua contribuição cultural.

O juízo sobre o polonês e seus descendentes em *Um Brasil diferente* reflete os estereótipos correntes na época em Curitiba, tais como aqueles que Martins relaciona à sua “idade cultural”. E a inferiorização dos “polacos”⁹ fazia-se sentir então tanto pelos estereótipos quanto pelas suas posições na estrutura ocupacional da cidade: os trabalhos considerados típicos dos poloneses e seus descendentes eram atividades braçais para os homens e serviço doméstico para as mulheres (IANNI, 1987, p. 193-194).

De forma oposta ao polonês, o alemão ocupa uma posição central na obra de Martins em termos de influência cultural, apesar de numericamente ser muito menos importante na composição da imigração para o estado. Se as características atribuídas ao polonês em *Um Brasil diferente* representam aquilo que não se deseja incluir na definição da nova cultura, as características do alemão representam precisamente as suas principais virtudes. É possível ver nessa oposição algum eco dos estereótipos sustentados pelos próprios grupos de imigrantes.

As características atribuídas ao alemão revelam a projeção de Martins para o futuro do Paraná. São traços culturais ligados à construção de um futuro urbano, produtivo e industrial. Em resumo, destacam-se a sua “vocação urbana” em geral (MARTINS, 1989, p. 63; *idem*, p. 333), a predisposição para especialidades econ micas tipicamente urbanas como o comércio, a indústria (*idem*, 1989, p. 339), os ofícios manuais, artísticos e as profissões liberais (*idem*, p. 256) e uma “simpatia pela máquina”, que se manifesta tanto no aspecto industrial quanto na preferência pelo uso de técnicas de produção agrícola avançadas (*idem*, p. 333-334).

O peso dessas características sobre a cultura paranaense esclarece o sentido da oposição inicial que Martins propõe em relação ao Brasil e, mais especificamente, em relação ao nordeste descrito por Gilberto Freyre. Uma consequência t pica da influência estrangeira no sul é, para o autor de *Um Brasil diferente*, “o tipo industrial de civilização que estamos criando, em contraposição ao tipo agrícola e pastoril que ainda se observa fundamentalmente no norte do país.” (*idem*, 1989, p. 3). É a contraposição da cultura branca ascendente   mestiça decadente. No que se refere à singularização do Paraná em meio às variações regionais do Brasil, o sentido político dessa construção é bastante claro: se “o grande desafio enfrentado pelas elites paranaenses nos anos 50 foi a definição da vocação” do estado (MEUCCI, 2007, p. 7), oferecia-se uma resposta muito animadora ao afirmar o caráter ascendente e industrial da sua cultura.

Na versão de Martins sobre a história do Paraná, da suposta insignificância da escravidão como estruturadora da sociedade decorre, mais do que a não-presença do negro enquanto tal, a sua não-penetração na vida sexual e de família dos paranaenses. Afinal, não existindo o “ambiente senzalesco” de outras regiões do Brasil, seu “dinamismo reprodutivo” teria sido

⁹ Apelido que pode ser pejorativo.

bem menor no Paraná (MARTINS, 1989, p. 130-133). Essa proposição, que deriva da suposta insignificância do escravismo na região, é sustentáculo de um ponto fundamental do argumento da obra: “a manutenção da branquidade, quando não o seu aumento” na população (MARTINS, 1989, p. 330) ao longo da história. Se o princípio culturalista funciona coerentemente no que se refere ao contato e aculturação dos imigrantes entre si, quando trata-se de estabelecer as fronteiras da branquidade a cultura passa a importar menos do que as ideias raciais (de cunho claramente biológico) cifradas na “cor”.

Mais do que simplesmente reproduzir as ideias raciais sob o culturalismo, Martins radicalizou por meio dessa transfiguração o processo de racialização da identidade. Respeitando os limites da “cor” dos portadores das culturas, estabeleceu como fundamento do pertencimento a branquidade – sendo o fundamento da identidade as distintas “etnias europeias”; já atentando para as “idades culturais” dos indivíduos de mesma “cor”, qualificou e hierarquizou internamente o “homem paranaense”.

A branquidade construída na obra de Martins revela ainda um deslocamento importante na questão do pertencimento. O “homem paranaense” seria uma nova forma de ser branco “puro” e, ao mesmo tempo, autenticamente brasileiro. Produto de uma das dimensões regionais do Brasil e não menos brasileiro por isso. Tal redefinição, por um lado, conferiu inclusão plena na nacionalidade para os descendentes de imigrantes. Por outro lado, em função da suposta pureza branca da população local, a redefinição permitiu-lhe, e mesmo aos seus elementos que, embora brancos, não reivindicam origem estrangeira, a inclusão na identidade branca estrangeirizada. Evidentemente, a inclusão não abarca todos os habitantes.

Essa branquidade, que constituiu a nova forma de ser autenticamente paranaense, é excludente em relação à população local não identificada como branca. Já, por sua vez, constituindo uma nova forma – regional – de ser autenticamente brasileiro, a branquidade capitaliza as hierarquias raciais da sociedade nacional para reforçar uma nova divisão: entre o brasileiro superior (branco) e o inferior (negro e mestiço). A “diferença” calcada na imigração, afinal, é uma das bases da atual identidade regional dos brasileiros do Sul.

Referências

ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado: representações da política em Londrina (1930-1975)*. Londrina: EDUEL, 2008.

BALHANA, Altiva Pilatti. “Política imigratória do Paraná”. *Rev. parana. desenvolv.*, Curitiba, n. 87, jan/abr 1996, p. 39-50.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. Tese (doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAMARGO, Geraldo Leão Veiga de. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná 1853-1953*. Tese (doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

CARDOSO, Jayme; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARNEIRO, Cíntia Maria Sant’ana Braga Carneiro. *O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná 1902-1928*. Dissertação (mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

CARNEIRO, David. *Galeria de ontem e de hoje*. Curitiba: Vanguarda, 1963.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Scientia et Labor, 1988

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEÃO, Igor Constant Carneiro. “Indústria no Paraná”. In: PAZ, Francisco Moraes (org.). *Cenários de economia e política: Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991.

LIMA, Jandir F. *et alli*. “Notas sobre a formação industrial do Paraná – 1920 a 2000” In: *Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes*, Ponta Grossa, n. 15, p. 53-61, jun 2007. Disponível em: http://www.proesp.uepg.br/publicatio/hum/2007_1/Jandir.pdf

LYNN SMITH, T. *Brasil: povo e instituições*. Rio de Janeiro: Bloch Editores; Programa de Publicações Didáticas – USAID, 1967.

MARCHIORI, Flávia Regina. *Paraná: um Brasil diferente? Construções intelectuais de uma identidade regional paranaense*. Monografia (graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MARTINS, Romário. *Historia do Paraná*. São Paulo: Editora Rumo Limitada, 1939.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MEUCCI, Simone. “Octavio Ianni em Curitiba: os dilemas e nexos entre ciência social, ideias de modernidade e identidade regional” In: *XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Recife, 2007.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. “Invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba” In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 13, p. 7-16, nov 1999.

OLIVEIRA, Dennison de. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Márcio de. “O ‘Brasil diferente’ de Wilson Martins”, *Caderno CRH*, Salvador, n. 18, v. 44, p. 215-221, maio/ago 2005.

_____. “Imigração e diferença em um estado do Sul do Brasil: o caso do Paraná”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2007. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/5287>

OLIVEIRA, Márcio; SZWAKO, José (orgs.). *Ensaio de sociologia e história intelectual do Paraná*. Curitiba: Ed. UFPR, 2009.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Semeando iras rumo ao progresso*. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

SANTOS, Abel Ribeiro dos. *Educação e relações raciais: um estudo de caso*. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

SOUZA, Marcilene Garcia de. Juventude negra e racismo: o movimento hip hop em Curitiba e a apreensão da imagem de “Capital Ecológica” em uma harmonia racial. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

SOUZA, Nelson Rosário de. “Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, p. 107-122, jun 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. Curitiba, PR: Editora dos Professores, 1967.

WADE, Peter. “Rethinking *mestizaje*: ideology and lived experience” *Journal of Latin-american studies*, n. 37, p. 239-257, 2005.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.